

CARREIRAS POLICIAIS

EU MILITAR

TEORIA GERAL DO CRIME



DIREITO PENAL

CARREIRAS POLICIAIS



É proibida a reprodução total ou parcial do conteúdo desse material sem prévia autorização.

Todos os direitos reservados a

EU MILITAR

Nova Iguaçu-RJ

suporte@eumilitar.com

CULPABILIDADE

A culpabilidade é entendida, pela maioria da doutrina nacional, como o juízo de reprovação que recai sobre o autor culpado por um fato típico e antijurídico.

Constitui, para muitos, requisito do crime e, para outros, pressuposto de aplicação da pena.

(Gustavo Junqueira e Patrícia Vanzolini)

Elementos da culpabilidade

1. Imputabilidade
2. Potencial consciência da ilicitude
3. Exibibilidade de conduta diversa

1. Imputabilidade

- É isento de pena o agente que, por DOENÇA MENTAL ou DESENVOLVIMENTO MENTAL INCOMPLETO ou RETARDADO, era, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de ENTENDER o caráter ilícito do fato ou de DETERMINAR-SE de acordo com esse entendimento.
- (Art. 26, caput, CP)

A pena pode ser reduzida de um a dois terços, se o agente, em virtude de PERTURBAÇÃO DE SAÚDE MENTAL ou por DESENVOLVIMENTO MENTAL INCOMPLETO ou RETARDADO não era inteiramente capaz de ENTENDER o caráter ilícito do fato ou de DETERMINAR-SE de acordo com esse entendimento.

(art. 26, parágrafo único, CP)

- IMPUTÁVEL X SEMI-IMPUTÁVEL X INIMPUTÁVEL

Observações sobre a imputabilidade

a) emoção ou paixão não excluem a imputabilidade (art. 28, I, CP). Não é um comando absoluto, pois pode haver situações excepcionais.

b) embriaguez (art. 28, II e §§ 1º e 2º, CP). Classifica-se:

- preordenada (art. 61, II, I, CP)
- voluntária ou culposa (art. 28, II, CP)
- accidental ou fortuita (art. 28, §§ 1º e 2º, CP)

2. Potencial consciência da ilicitude

Para se mostrar merecedor de pena, de acordo com o CP, deve o sujeito ter **consciência do caráter ilícito de sua conduta**.

Trata-se de requisito vinculado à ideia de que a pena se baseia num **juízo ético de reprovação** pelo ato praticado.

Logo, quando o indivíduo carecer por completo da noção de que seu agir se mostrava ilícito, desconhecendo a existência de uma proibição reguladora de sua conduta, não deverá ser apenado.

(André Estefan)

Erro sobre a ilicitude do fato

Art. 21 - O desconhecimento da lei é inescusável. O erro sobre a ilicitude do fato, se inevitável, isenta de pena; se evitável, poderá diminuí-la de um sexto a um terço.

Parágrafo único - Considera-se evitável o erro se o agente atua ou se omite sem a consciência da ilicitude do fato, quando lhe era possível, nas circunstâncias, ter ou atingir essa consciência.

ERRO DE PROIBIÇÃO X ERRO DE TIPO

(Art. 21, CP)

(Art. 20, caput, CP)

3. Exigibilidade de conduta diversa

Só se pode impor pena ao autor de um injusto (fato típico e antijurídico) quando se demonstrar ter sido seu comportamento reprovável.

Para tanto, é necessário que dele se **possa exigir conduta diversa**, ou seja, que na situação em que o fato foi cometido, seja lícito concluir que o agente possuía uma alternativa válida de conduta.

(André Estefan)

Coação irresistível e obediência hierárquica

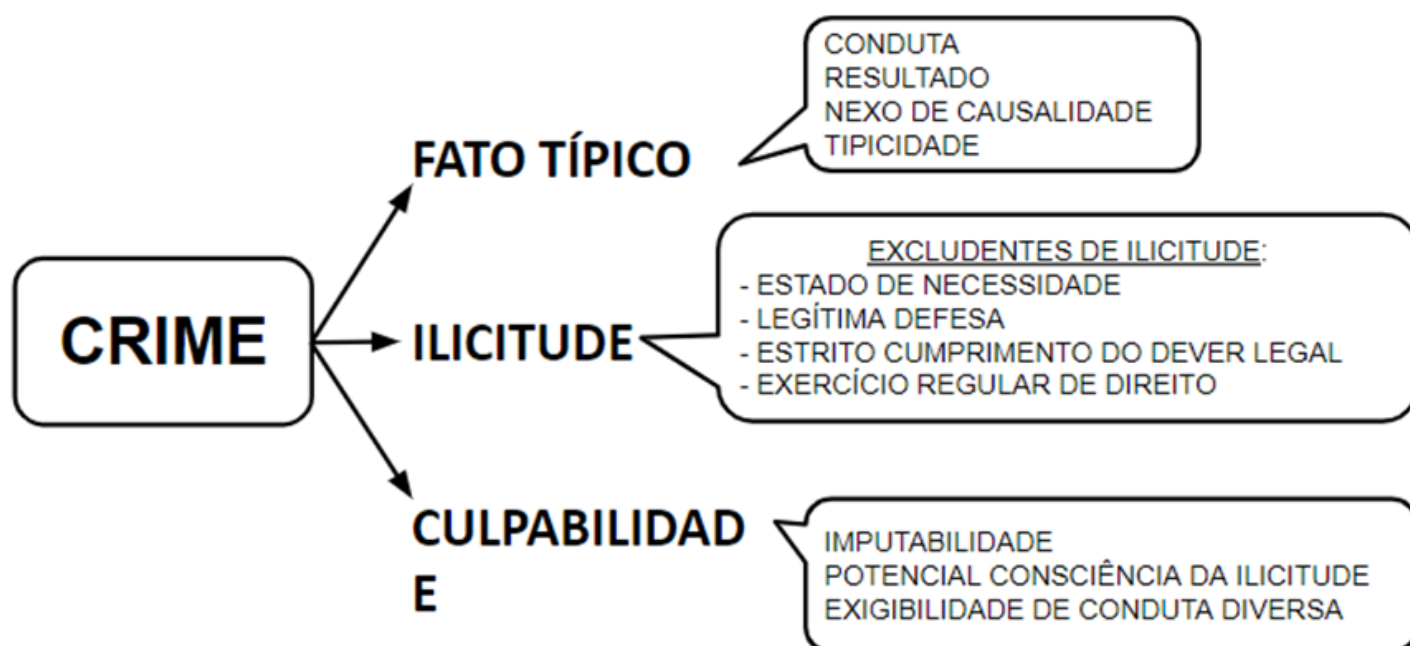
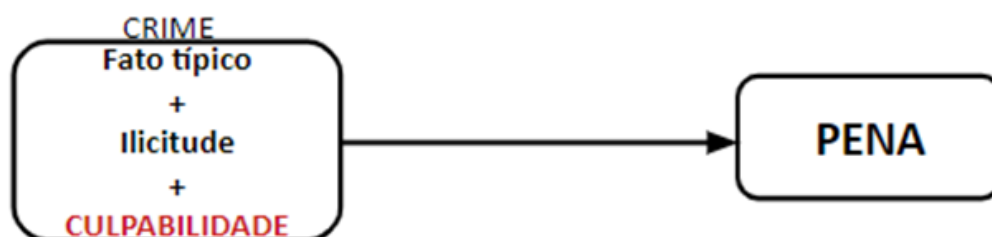
Art. 22 - Se o fato é cometido sob **coação irresistível** ou em **estrita obediência a ordem, não manifestamente ilegal, de superior hierárquico**, só é punível o autor da coação ou da ordem.

Recapitulando

• ESQUEMA BIPARTIDO



• ESQUEMA TRIPARTIDO





Todos os direitos reservados a
EU MILITAR
Nova Iguaçu-RJ | suporte@eumilitar.com



Clique nos ícones abaixo para
acessar as nossas redes.

